

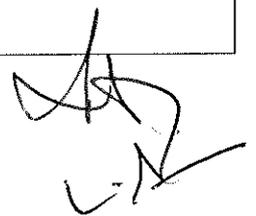
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DE

30 DE SETEMBRO

ANO DE 2015

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping strokes, located in the bottom right corner of the page.

ÍNDICE

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	9
ORDEM DO DIA	14
PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E A ATIVIDADE CAMARÁRIA.....	14
PONTO 2 – APSM – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E SOCIAL DO PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA ATIVIDADES.....	25
PONTO 3 – TRIBUNAL DE CONTAS – RELATÓRIO N.º 18/2015-VIC/SRATC	25
PONTO 4 – USISM – CONSELHO CONSULTIVO DA UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	27
PONTO 5 - OBRA N.º 02/13 - INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO VALE DAS CANAS, NA RUA DE BAIXO, NO BECO DO SABÃO E EM PARTE DA RUA DA CORUJEIRA NA RELVA - CONCURSO PÚBLICO - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	28
PONTO 6 - REGULARIZAÇÃO DE CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE 110,00 M ² AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – RUA DA MÃE DE DEUS – SANTO ANTÓNIO	29
PONTO 7 - REGULARIZAÇÃO DE CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE 382,47 M ² AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – RUA DOS CERCOS – FAJÃ DE BAIXO. 29	
REPUBLICAÇÃO DO PONTO 8 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM A REDAÇÃO ATUALIZADA –	30
ANEXOS.....	32



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

Ao trigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 30.º e do n.º 1 do art.º 32.º do respetivo regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, sob a presidência de Francisco Rêgo Costa, tendo Maria José Botelho Lemos Duarte como primeira secretária e Analisa Maia Furtado Lima como segunda secretária, por ausência, respetivamente, de Alexandra Vitória Falcão Viveiros e de Aníbal Duarte Raposo, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 16 de setembro.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, encontravam-se presentes o Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Fernando Manuel Quaresma Coelho Marques Fernandes, e as Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores Fátima Maria Câmara Carvalho de Viveiros Rego Ponte; Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz; Maria da Graça Câmara Batista; Maria Helena Botelho de Viveiros Batista; Pedro Filipe Rodrigues Furtado; Francisco Mota Vieira Rodrigues da Câmara e Nuno Miguel de Andrade Miranda.

O Senhor Presidente da Mesa endereçou cumprimentos a todos os presentes e declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos. Em seguida, a 1ª secretária efetuou a chamada e procedeu à respetiva contagem das presenças, sendo de relevar as seguintes faltas e substituições:

Faltas justificadas: António Manuel Raposo Lima (Bloco de Esquerda).



Faltas injustificadas: Laudalina Paula Linhares Estrela Rodrigues (vogal do PS), Bruno Alexandre Machado Correia (Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda da Bretanha), Nelson Manuel Borges Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Santo António), Pedro Miguel Medeiros de Moura (Presidente da Junta de Freguesia de São Roque).

Substituições: João Manuel Raposo Barbosa substituiu Luís Maurício Mendonça Santos (PSD); Nuno Albergaria Pacheco substituiu Aníbal Duarte Raposo (PS); Carlos Miguel Ribeiro Ferreira Barbosa substituiu Maria da Conceição Arruda (PSD); Maria de Deus Costa substituiu Dora Cristina Ribeiro Cadete Rodrigues (PS); Maria Helena Tavares Chaves Costa substituiu Alexandra Vitória Falcão Viveiros (PSD); Andrea Gonçalves substituiu Maria das Mercês Vasconcelos Pacheco (PS); Cassilda Lopes Simas substituiu Steven Macedo Barbosa (PS); Márcia Diógenes Gonzaga substituiu João Paulo Arruda Medeiros (Presidente da Junta de Freguesia dos Ginetes).

Ficou, assim, confirmada pela 1ª secretária da Mesa da Assembleia, a presença dos seguintes vogais e Presidentes das juntas de freguesia:

VOGAIS:

Noé Venceslau Rodrigues	PS
João Manuel Raposo Barbosa	PSD
Nuno Albergaria Pacheco	PS
Maria da Conceição Costa Arruda	PSD
Maria de Deus Costa	PS
António José Pissarra Canotilho	PSD
Helena Tavares Chaves Costa	PSD
Ricardo Manuel Viveiros Cabral	PS
Ricardo Alberto Madruga da Costa	PSD
Andrea Gonçalves	PS
Jorge Manuel Almada Macedo	PSD



Maria da Conceição Vieira Purificação Brasil	PS
Carolina Ponte Bastos	PSD
André Filipe Matos de Carvalho	PS
Francisco José Guedes	PSD
Gilberto Araújo Rodrigues	PSD
Analisa Maia Furtado Lima	PS
Analisa Maia Furtado Lima	PSD
António Manuel Raposo Lima	BE
Maria José Botelho Lemos Duarte	PSD
Sérgio Paulo Ávila Campos Marques	PSD
Maria Teresa de Viveiros Tomé	PS
Paulo Vasco Ferreira de Medeiros	PSD
Hélder Manuel Cabral Borges	PS
Lisa Ventura Garcia	PS
Cassilda Lopes Simas	PS

PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA:

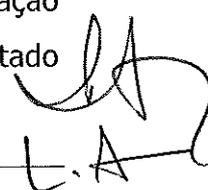
Eusébio Paulo Ferreira Massa	Arrifes	PS
João Alberto Silva Pereira	Candelária	PS
Rui Alexandre Barbosa de Sousa	Capelas	PS
Humberto Carlos Cabral de Sousa	Covoada	PSD
António Luís Moniz dos Anjos	Fajã de Baixo	PS
José Augusto Inácio de Medeiros	Fajã de Cima	PSD
João José Correia de Medeiros	Fenais da Luz	PSD
João Carlos Castro Silva	Feteiras	PSD
Márcia Diógenes Gonzaga *	Ginetes	PSD
Luís Alberto de Sousa Cordeiro	Livramento	PSD
Carlos Manuel da Silva Cabral	Mosteiros	PSD
Duarte Manuel Luzia Carvalho	Pilar da Bretanha	PS
Pedro Miguel da Silva Melo	Relva	PSD

André Filipe Machado Correia	Remédios	PS
João Carlos Arruda	Santa Bárbara	PSD
António Espírito Santo Medeiros Cabral	Santa Clara	MSCVN
Jorge Miguel Amaral Oliveira	São José	PSD
Rui Guilherme Pacheco	São Pedro	PSD
José Maria Pereira Rego	São Sebastião	PSD
Rosa Maria da Silva Gomes	S. Vicente Ferreira	PSD
Cidália Maria Guido Medeiros Pavão	Sete Cidades	PS

* Em substituição de João Paulo Arruda Medeiro

Após ter sido feita a chamada e a respetiva contagem das presenças, e por se ter verificado quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início aos trabalhos, informando a Assembleia de que estava disponível para consulta de eventuais interessados o expediente recebido desde a última sessão, bem como documentação diversa de carácter informativo.

Informou ainda a Assembleia, a pedido do relator das Atas por incumbência da Divisão de Gestão Financeira, que, por omissão, não tinha sido presente a documentação referente aos SMAS, aquando da submissão à Assembleia na sessão ordinária de 30 de junho, para conhecimento, das declarações emitidas ao abrigo do artigo 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas. A fim de suprir essa lacuna, informou que as mesmas estariam disponíveis para consulta dos interessados juntamente com o restante expediente geral, para além de terem sido distribuídas antes do início da sessão. Colocou ainda à consideração da Assembleia que esta parte da Ata fosse aprovada em minuta, para eficácia imediata, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014, o que recebeu aprovação unânime. A Assembleia tomou conhecimento, ficando o presente ato registado



através da republicação do ponto n.º 8 da sessão ordinária de 30 de junho, com a redação atualizada, no final da Ata da presente sessão.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou, em seguida, a ata da sessão ordinária de 30 de junho à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com duas abstenções e os votos favoráveis da restante Assembleia. As Senhoras Deputadas que se abstiveram, a saber, Maria da Conceição Arruda (PSD) e Lisa Ventura Garcia (PS), justificaram o seu sentido de voto por terem estado ausentes na sessão a que a Ata se reportava.

Antes de declarar a aberto o período para a abordagem dos assuntos de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia comunicou que, por lhe ter sido pedido, iria colocar à consideração e à votação, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no n.º 4 do artigo 65.º do regimento da Assembleia Municipal aprovado na reunião ordinária de 30 de junho de 2014, que a Ata correspondente aos pontos 5, 6 e 7 da Ordem do Dia fosse aprovada em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem eficácia imediata. Colocado este pedido à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, que a Ata correspondente aos seguintes pontos fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos:

- **PONTO 5** – Obra n.º 02/13 - Infraestruturas de Saneamento Básico no Vale das Canas, na rua de Baixo, no beco do Sabão e em parte da rua da Corujeira na Relva - Concurso público - repartição de encargos e emissão de autorização para a assunção de compromissos plurianuais;
- **PONTO 6** – Regularização de Cedência e Afetação de 110,00 m² ao Domínio Público Municipal – Rua da Mãe de Deus – Santo António;
- **PONTO 7** – Regularização de Cedência e Afetação de 382,47 m² ao Domínio Público Municipal – Rua dos Cercos – Fajã de Baixo.



Tal como fora igualmente aprovado no início da sessão, acresce a estes pontos, para aprovação em minuta, a republicação do ponto n.º 8 da Sessão Ordinária de 30 de junho.

PONTO 8 (REPUBLICAÇÃO DO ASSUNTO PRESENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM A REDAÇÃO ATUALIZADA) – Declarações emitidas ao abrigo do artigo 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra às Senhoras e aos Senhores Deputados para a apresentação dos votos e recomendações elaborados pelos respetivos grupos municipais, os quais se encontram em anexo à presente ata, bem como para outras intervenções que considerassem relevantes e cujas matérias não estivessem incluídas na agenda de trabalhos.

O 1º voto, apresentado conjuntamente pelos Grupos Municipais do PS e do PSD através do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Francisco Rêgo Costa, foi um voto de pesar pelo falecimento de António Clemente Costa Santos. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 2º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através da Senhora Deputada Maria José Duarte, foi um voto de pesar pelo falecimento de Natália Tomás Medeiros de Almeida. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 3º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através da Senhora Deputada Maria Tomé, foi igualmente um voto de pesar pelo falecimento de Natália Tomás de Almeida. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 4º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São José, Jorge Miguel Oliveira, foi um voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Agostinho Tavares. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.



O 5º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Deputado Jorge Macedo, foi um voto de pesar pelo falecimento de Jaime Botelho Vasconcelos. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 6º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através da Senhora Deputada Carolina Bastos, foi um voto de pesar pelo falecimento de Paulo César Oliveira de Almeida Massa.

O Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado Ricardo Cabral, associou-se a este voto.

Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 7º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através do Senhor Deputado Ricardo Cabral, foi um voto de pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Rodrigues da Câmara. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 8º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fenais da Luz, João José Correia de Medeiros, foi um voto de louvor pelas comemorações dos 500 anos da Freguesia de Fenais da Luz. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 9º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através do Senhor Deputado Ricardo Cabral, foi um voto de saudação à Equipa Feminina de Basquetebol do Clube União Sportiva pela vitória alcançada na Taça Vítor Hugo, em Torres Novas. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 10º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, José Maria Pereira Rego, foi um voto de louvor a todos quantos se envolveram na realização da 12ª edição das Grandes Festas do Divino Espírito Santo. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 11º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através da Senhora Deputada Maria José Duarte, foi um voto de congratulação pelo sucesso da iniciativa "Noites de Verão 2015". Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 12º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente Ferreira, Rosa Maria da Silva Gomes, foi um voto de congratulação pela 25ª edição da Festa do Baleeiro, em São Vicente Ferreira. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 13º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Deputado Francisco Guedes, foi um voto de congratulação pelo Azores Challenge MTV – Prova Cidadina, relevando a participação de 420 atletas de 9 nacionalidades. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, o Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado Noé Rodrigues, apresentou uma moção no sentido da descentralização das reuniões da Assembleia Municipal, visando uma aproximação aos cidadãos.

Pedi a palavra para se pronunciar sobre a moção apresentada o Senhor Deputado Jorge Macedo. Depois de dar conta de que da parte do PSD esta iniciativa é entendida com enorme mérito, por promover a participação dos cidadãos na atividade política e na decisão política, como acontece com o orçamento

participativo, fez questão de salientar que é esta participação que se quer na vida política regional, autárquica e nas freguesias. Esta proximidade entre eleitos e eleitores, acrescentou, contribuirá certamente para que o grave problema da abstenção possa ser combatido. Concluiu com a nota de que o PSD não só se enaltece e regozija com o teor da proposta como vai aprovar a moção.

Após ter sido colocado à votação, esta moção, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovada, por unanimidade.

Por verificar que não estava ainda esgotado tempo previsto no regimento para a apresentação e debate de assuntos não incluídos na Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia abriu aos interessados o período de inscrições para esse fim. Intervieram neste período os Senhores Deputados António Canotilho (PSD) e Sérgio Ávila (PSD).

Começou por intervir o Senhor Deputado António Canotilho, para felicitar o executivo camarário pela alteração efetuada nas linhas e nas carreiras de mini-bus. Comunicou que, de acordo com os comentários que teve a oportunidade de recolher, se registaram melhorias, visíveis, por exemplo, na diminuição do tempo de espera e nas condições tarifárias. Afirmou ainda que, de acordo com as informações recolhidas, apesar dos cortes que foram feitos na linha A e de ter havido inicialmente contestação, a sua utilização aumentou, e em relação às linhas B e C há a salientar uma apreciação positiva por parte dos utentes. Concluiu com a constatação que, face a estes resultados, este modelo de transporte se afirma como uma alternativa ao transporte privado.

Em seguida, o Senhor Deputado Sérgio Ávila pediu a palavra para realçar, em primeiro lugar, o bom trabalho desenvolvido pela Divisão de Desenvolvimento Social. Referiu-se à rede de ATL, destacando as 39 salas existentes, com atividades que abrangem quase mil crianças, com a colaboração de cerca de 70 monitores. Lembrou a importância que os ATL representam para as famílias bem como o papel das

entidades que se associam ao trabalho de ação solidária desenvolvido pela Câmara Municipal, como por exemplo a Associação de Recolha Solidária, destacando a distribuição de alimentos por famílias carenciadas levada a cabo por esta associação. Em seguida, referindo-se ao Departamento de Obras, Mobilidade e Equipamentos Municipais, destacou a reabilitação das guardas de segurança no viaduto localizado num dos troços da Av. João Bosco Mota Amaral, defendendo que apesar dos custos associados a esta obra a segurança se impunha e esta era uma intervenção necessária. Fez em seguida referência à Festa do Baleeiro, em São Vicente Ferreira, no contexto dos comentários anteriormente tecidos sobre o tema, por se tratar de uma atividade com a qual tem relações familiares, tendo inclusive participado em publicações sobre o tema, para manifestar em seguida a sua preocupação por, em São Miguel, ao invés do que sucedeu no Pico, não ter sido registada toda a memória baleeira, e essa memória estar praticamente perdida. Deu conta do desafio já por si lançado a três reitores da Universidade dos Açores para que fosse entregue a um aluno a incumbência de fazer um estudo aprofundado da caça à Baleia nos Açores, inserido num projeto a apresentar à Direção Regional da Cultura, dando nota de que este teria que ser um trabalho desenvolvido de forma coerente, em todas as ilhas, e não só no Pico, em São Miguel ou no Faial. Destacou, apesar de tudo, o trabalho fenomenal de recuperação do Património Baleeiro em todas as ilhas, levado a cabo pelo Governo Regional, embora se tenha perdido, por incúria das entidades públicas, um dos maiores patrimónios baleeiros existentes em São Miguel que era a fábrica das Capelas. Partindo deste apontamento crítico final, aproveitou para deixar a recomendação de que o que for possível ainda preservar neste domínio não se venha a perder.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E A ATIVIDADE CAMARÁRIA

O Senhor Presidente da Câmara dirigiu-se à Assembleia, ao introduzir o ponto da Ordem do Dia dedicado à situação financeira e à atividade camarária, com a expressão da sua satisfação pelo regresso aos trabalhos e ao contato com a Assembleia Municipal, após o verão. Observou também que nos votos apresentados no início da sessão está refletida a preocupação, por parte dos membros da Assembleia, pela vida do Município. Sobre estes votos, quis associar-se, em especial, ao 1º voto de pesar, apresentado pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pelo falecimento do Eng.º António Clemente Costa Santos, reevocando a memória aqui trazida na apresentação do voto, e muito especialmente a condição de ter sido também ele Presidente desta autarquia. Relativamente à atividade camarária, disse em seguida que daria uma breve nota e faria uma leitura sintética dos pontos mais importantes, para evitar ser redundante, dado já estar distribuída a informação necessária. Quanto à informação financeira, e por também ter sido distribuída previamente, entendeu ser dispensável a sua apresentação. Destacou, assim, as seguintes ações e medidas:

- O aumento dos lugares de estacionamento para bicicletas, justificável pelo crescente número de munícipes que usam este meio de transporte – salientou a eficácia da medida e a oferta de segurança, com o sentido estético que lhe está associado;
- A realização da 12ª edição das Grandes Festas do Divino Espírito Santo, com destaque para as diferentes mordomias, bem como para as Juntas de Freguesia, os trabalhadores envolvidos, o corpo de escuteiros e todos quantos colaboraram na organização. Distinguiu dois elementos essenciais: pela positiva, para além da mobilização e da componente confessional das festas, realçou o cartaz turístico, dada a dimensão promocional destas festas e a projeção no mundo da própria

açorianidade que elas representam, afirmando-se como um evento de referência em Ponta Delgada, pela visibilidade que adquirem, reforçada pela regularidade em termos de calendário. Ao nível da autocrítica, sugeriu que se reflita a componente etnográfica deste evento, defendendo ser necessário sensibilizar todas as mordomias para um cortejo etnográfico mais qualificado que ombreie com o que de melhor de se faz no país neste domínio. Sobretudo no plano etnográfico propriamente dito e também estético, em que se pode, na sua opinião, ir ainda mais longe;

- As questões ambientais nas praias, em épocas balnear, no âmbito das atividades da "Bandeira Azul", como a "Tasca da sustentabilidade", na praia das Milícias, um evento realizado para conseguir ganhar cidadãos mais sensíveis a um comportamento ambiental, designadamente em ambiente de praia, enfatizando o sucesso da iniciativa e formulando votos para que se possa replicar no futuro, em nome de uma cultura de civismo e comportamento ambiental aceitável, numa dimensão geracional;

- A participação no I Encontro da Rede Portuguesa de Cidades Educadoras, em Braga, reiterando a sua convicção de que Ponta Delgada tem condições para ser também aqui uma referência. Relevou, a título de exemplo, o património cultural do concelho e a melhoria do nível de oferta na rede de bibliotecas escolares, com livros que fazem parte do Plano Nacional de Leitura;

- A colaboração científica e cívica do Senhor Deputado Sérgio Ávila no âmbito da Festa do Baleeiro, aproveitando para lembrar que estão já em curso alguns progressos e para sinalizar a importância das aporções trazidas, assumindo que será tido em linha de conta um futuro relacionamento com a Universidade dos Açores sobre esta temática, visando ação efetiva e não apenas contemplação;

- O reconhecimento do sucesso das "Noites de Verão", já aqui registado, com a opção de utilizar o Centro Histórico para palco de realização dos eventos, destacando o "PDL White Ocean" e o "Azores Challenge MTV", acentuando porém, relativamente ao segundo, a necessidade de avaliar os aspetos de segurança da realização noturna do evento na cidade;

- A descentralização dos eventos culturais de dimensão concelhia e regional, com destaque para a Festa do Baleeiro, em São Vicente Ferreira, e para a celebração dos

500 anos da freguesia de Fenais da Luz, um evento demonstrativo da cooperação intermunicipal, nomeadamente com a autarquia da Ribeira Grande, através da disponibilização de parte do material já utilizado numa festa equivalente;

- As obras municipais, destacando uma panóplia de intervenções nas freguesias, muitas vezes em cooperação com as juntas de freguesia, e fazendo o apontamento de que em pequenas obras e de reduzidos montantes é possível resolverem-se grandes e antigos problemas, recorrendo ao exemplo da proteção de segurança no viaduto da Av. João Bosco Mota Amaral;

- Outros elementos de descentralização, remetendo para o problema anteriormente levantado da degradação e do abandono do Alto da Mãe de Deus. Informou que já foram feitos melhoramentos do espaço, o que levou a uma redução dos atos de vandalismo, e referiu-se igualmente ao evento ali realizado, no interior da igreja: um recital de poesia, com declamação de poemas de Fernando Pessoa;

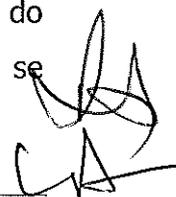
- O Parque de Estacionamento na Rua Padre Serrão, em frente ao Mercado da Graça, partindo do acordo com o proprietário daquele espaço, que tencionava realizar ali obras, e cujo projeto não se veio a concretizar. Tratou-se de uma solução com impacto positivo, também, ao nível de segurança rodoviária e da estética urbana, e mesmo na saúde pública, por se tratar de um espaço abandonado, degradado e que representava já alguns riscos para a população;

- No âmbito da atividade da Divisão de Desenvolvimento Social, em parceria com o DOME e o DCTD, o investimento realizado para fazer frente ao problema da habitação degradada;

- O sucesso do projeto "Verão a Ler", no Jardim António Borges e no Jardim Sena de Freitas, sublinhando a oferta cultural que representa, e que resultou num aumento de 698% em requisições de livros e revistas, em termos comparados;

- Os protocolos assinados com 21 IPSS do concelho;

- O investimento feito na Loja do Múncipe PDL Total, fazendo referência o facto de ter sido citado pela auditoria da APCER, com o maior elogio e o reconhecimento de ser comparável com o que de melhor se faz no país. Admitiu, apesar do reconhecimento do mérito, a necessidade de haver um espírito crítico para se conseguirem aperfeiçoamentos;



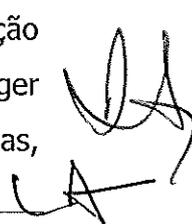
- O aumento de utilizadores no âmbito do projeto PDL Wi-fi, destacando a imagem positiva de que beneficia Ponta Delgada ao oferecer serviços que a distinguem de outras cidades;
- A consulta pública da lista dos projetos do Orçamento participativo 2015, cujas votações estão agendadas para depois das eleições legislativas;
- A promoção de boas práticas comportamentais em matéria de ambiente através da Oficina de Reutilização Criativa de materiais em fim de vida, que funcionou igualmente no âmbito da Bandeira Azul da Europa, e que foi mais uma iniciativa pautada pelo sucesso;
- O cumprimento do objetivo, através de um contrato de comodato, de passar a gestão do Centro Cívico de Santa Clara para a freguesia, sem prejuízo da partilha do espaço para eventos de interesse comum;
- As ações de sensibilização nas escolas levadas a cabo pela Polícia Municipal;
- A disponibilização de mais 160 lugares para estacionamento de viaturas na zona de Santa Catarina;
- A visitação à Sinagoga, sinalizando a importância de mais um equipamento de identidade cultural e histórica que se oferece aos visitantes, e em que se destaca a vertente de núcleo museológico, já com 2.700 visitantes contabilizados;
- A continuidade da tradição do Passeio dos Idosos, de barco, que na última edição conheceu um circuito diferente: um passeio na Costa Sul de S. Miguel, no trajeto Ponta Delgada – Povoação – Ponta Delgada, no Dia Mundial do Mar, e que serviu também para fazer uma divulgação de História. Aproveitou para agradecer aos Centros de Convívio, às juntas de Freguesia que colaboraram nesta iniciativa e à Divisão de Desenvolvimento Social pelo contributo na preparação e organização do evento;
- A formação de 70 monitores da rede de ATL de Ponta Delgada;
- A assinatura de um protocolo com a Ordem dos Psicólogos, por ocasião do I Congresso, realizado em Ponta Delgada, e em que teve a oportunidade de participar na sessão de abertura e na sessão de encerramento. Informou que no âmbito deste protocolo haverá psicólogos a colaborar com a autarquia, de forma gratuita, para a obtenção de melhores e mais saudáveis locais de trabalho;

- O protocolo com a Associação "Dar e Acordar", para além dos protocolos com escolas, no contexto da rede de bibliotecas escolares, e de outros projetos de carácter social como o "Info-Açores", o "Zero desperdício", entre muitos outros, relevando a parceria, em termos de execução, da Associação de Seniores de S. Miguel;
- A requalificação das arcadas da Avenida, durante o Verão, através da pintura e requalificação do sistema elétrico, apesar de se tratar de propriedade privada. Associada a esta intervenção, destacou a medida da eliminação da Venda ambulante naquele espaço;
- A exposição em réplicas, por fotografia em miniatura, dos quadros de Domingos Rebelo;
- A visita guiada às freguesias da Bretanha, inserida nas atividades que têm vindo a ser realizadas por iniciativa da Biblioteca Municipal Ernesto do Canto sob a coordenação do historiador José de Almeida Mello, que aproveita para felicitar, e aproveitando igualmente para enaltecer o empenho das juntas de freguesia na receção aos visitantes no decorrer do passeio, com a oferta de pequenos lanches, designadamente as juntas do Pilar da Bretanha e da Ajuda da Bretanha.

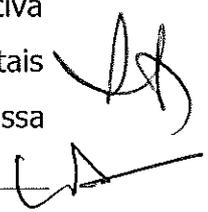
Importa remeter para uma retificação a esta menção feita pelo Senhor Presidente da Câmara no final da sessão, tornando-a extensível à junta de freguesia de Remédios das Bretanha [nota do relator].

Para colocarem questões relacionadas com a atividade camarária, inscreveram-se para usar da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Lisa Garcia (PS), André Carvalho (PS), Sérgio Ávila (PSD) e Jorge Macedo (PSD), e João Alberto Silva Pereira (Presidente da junta de freguesia da Candelária).

Interveio em primeiro lugar a Senhora Deputada Lisa Garcia, para abordar a temática das zonas balneares. Defendeu que dada a extensão do concelho em termos de costa no enquadramento da região insular a que pertence, e a conseqüente vocação balnear de muitas destas zonas de costa, torna-se importante promover e proteger as mesmas em prol da população, inclusive por ser notório o aumento das dormidas,

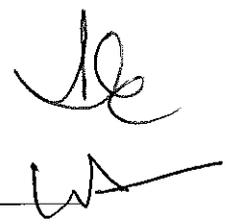


em termos homólogos, por via da nova realidade de acessos aéreos. Evidenciam-se, assim, oportunidades económicas que se torna fundamental ter em conta, começando, por exemplo, por se obter um conhecimento estatístico atualizado no que se refere ao número de turistas que procuram as nossas praias e outras zonas balneares do concelho, e que segundo lhe é dado conhecer, não é suficientemente conhecido. Reforçou esta constatação com o argumento de que só conhecendo a realidade ela se torna gerível. Prosseguiu com uma crítica às discrepâncias que sinalizou entre a definição de Zona Balnear por parte da Câmara Municipal – que se depreende pelo número de zonas balneares identificadas no portal do Município na Internet, e a definição que consta do Regime Jurídico das zonas balneares, segundo o qual há 12 zonas balneares do concelho qualificadas como tal: 11 de mar e uma lacustre, na Lagoa Azul das Sete Cidades. Já no roteiro turístico disponível no sítio *web* do Município, pelo contrário, há 16 zonas balneares identificadas, entre as quais o Cais da Corretora, na freguesia de São Roque, um exemplo que contraria a definição fixada na legislação, por não reunir as características requeridas. Ao mesmo tempo, verifica-se que na época balnear de 2015 foram identificadas como tal pelo município seis zonas balneares sob gestão municipal em sede da consulta pública anual promovida pelo departamento da administração regional competente para a listagem de zonas balneares e fixação da respetiva época balnear. Esta inconsistência, prosseguiu, permite a suposição de que a gestão destas zonas pode e deve ser aprofundada e melhorada no concelho. Aproveitou ainda para referir alguns aspetos que considera importantes, em matéria de gestão balnear, nomeadamente a vigilância, a assistência, os primeiros socorros a banhistas, a recolha de resíduos, limpeza, comunicações de emergência, a criação e manutenção de balneários e vestiários, a informação a banhistas, incluindo a afixação de sinalética definida na Lei, bem como aspetos da exploração económica das zonas balneares, como por exemplo a emissão de licenças para as atividades económicas, ou até a possibilidade de concessões a entidades privadas. Outro instrumento a que alude o regime jurídico aqui aplicável é a criação de regulamentos municipais aprovados pela respetiva Assembleia Municipal, o que a leva a colocar a questão sobre se existem tais instrumentos para as zonas balneares de Ponta Delgada. Requereu, portanto, essa



informação, caso exista, ou no caso de não existirem esses regulamentos, recomendou que fossem criados e submetidos a aprovação pela Assembleia Municipal, a fim de permitir que essas zonas sejam espaços de fruição seguros, sustentáveis e agradáveis. A título de exemplo, referiu-se aos drones, que deveriam ser regulamentados, tal como está contemplado no regime jurídico. Já a matéria de época balnear, e das zonas onde será aplicada, apesar de não ser abrangida por estes regulamentos municipais, continua dentro da esfera de influência da autarquia, frisou. Falou também na importância do parecer da autarquia relativo à lista de águas balneares para a época balnear seguinte, bem como da proposta dos termos dessa época balnear, para cada zona em particular. Lembrou que na época balnear de 2015 foram consideradas pela autarquia seis zonas sob gestão municipal, e destas, apenas duas tiveram época balnear, tendo as outras tido épocas mais curtas. Trata-se de diferenças que questiona, pelo que defende que se deve promover o debate de todas estas definições, inclusive nesta Assembleia. Fez também referência ao problema da vigilância, o qual requer uma boa gestão da relação custo-benefício, e também às acessibilidades. Questionou ainda o facto de ser a praia dos Mosteiros, e não São Roque, a ser incluída no mapa de zonas balneares sob gestão municipal. Perguntou também como é que se está a efetivar o modelo gestão e se está a ser equacionada o recurso a um modelo de concessões, defendendo que este é um processo que deveria ser transparente, gerido a médio prazo, e incluído num plano plurianual de gestão balnear, deixando a recomendação da sua elaboração.

Interveio, em seguida, o Senhor Deputado André Carvalho, tendo começado por lembrar a afirmação feita pelo Senhor Presidente da Câmara em julho de 2013, na ocasião candidato a Presidente, relativamente ao conselho municipal de juventude, em que se propunha a promover a reativação deste órgão. Uma vez que esta questão foi já por várias vezes trazida sob a forma de compromissos eleitorais, também por parte PS, e por ter passado muito tempo desde o anúncio da reativação, perguntou para quando a prometida reativação?



Pediu a palavra o Senhor Deputado Sérgio Ávila para fazer uma observação às questões colocadas pela Senhora Deputada Lisa Garcia: algumas das lacunas que foram assinaladas deveriam ser colocadas não à Câmara Municipal de Ponta Delgada mas sim ao Parque Natural de Ilha de S. Miguel, a quem cabem as responsabilidades nessa matéria, nomeadamente no que respeita à informação, e deu o exemplo de zonas balneares enquadradas em áreas nas quais estão referenciadas plantas endémicas.

Pediu novamente a palavra a Senhora Deputada Lisa Garcia para contestar a posição advogada pelo Senhor Deputado Sérgio Ávila, afirmando que a questão que colocou é relevante, uma vez que apesar de haver várias entidades envolvidas, a colocação de sinalética é uma responsabilidade da entidade gestora, inclusive, como antes referiu, através de um regulamento municipal.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos esclarecimentos solicitados e para se pronunciar sobre as matérias abordadas nas intervenções precedentes. O Senhor Presidente da Câmara pediu que fosse considerado que, para os assuntos relativamente aos quais têm competências delegadas, contar com a colaboração da Senhora Vereadora Luísa Magalhães e do Senhor Vereador Pedro Furtado para esclarecimentos mais específicos. Relativamente às preocupações manifestadas pela Senhora Deputada Lisa Garcia, admitiu concordar com elas, mas com a ressalva de que se confunde o que é uma responsabilidade municipal com o que é a responsabilidade de outras entidades, o que não é motivo, frisou, para que seja minimizada a intervenção. Sublinhou, por essa razão, o requerimento que se subentende na intervenção e não o tom crítico, reportando as respostas para a Senhora Vereadora Luísa Magalhães. Esclareceu que as Câmaras Municipais têm encargos de gestão com as zonas balneares, decorrentes da concessão atribuída pelo Governo Regional, o que justificaria um quadro legal mais abrangente. Seria no entanto considerada a possibilidade de se avaliarem as medidas propostas. Reconheceu que as nossas zonas balneares constituem um ativo turístico, económico, de segurança e até no

plano de vigilância, uma realidade que remete, igualmente, para responsabilidades partilhadas com o próprio Governo Regional em medidas de proteção que devem ser tomadas. Relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, reconheceu as dificuldades para reunir os participantes, mas afirmou que existe, por parte da Câmara Municipal, todo o apoio para que a sua reinstalação seja uma realidade. Para explicações mais detalhadas, remeteu para a intervenção do Senhor Vereador Pedro Furtado.

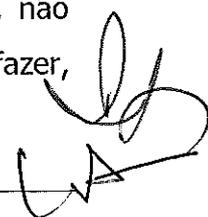
A Senhora Vereadora Luísa Magalhães, tal como fora requerido pelo Senhor Presidente da Câmara, começou por dizer que na intervenção da Senhora Deputada Lisa Garcia se confundiram alguns conceitos. Adiantou que alguns pontos serão posteriormente esclarecidos, e quanto aos restantes esclareceu que deve distinguir-se entre o que são zonas balneares e zonas de acesso ao mar. Precisou que há seis zonas balneares no concelho concessionadas à Câmara Municipal e uma tutelada pelo Governo Regional (a Ferraria). A praia São Roque, por exemplo, não reúne as condições estipuladas por Lei para essa classificação, contrariando-se assim, o que chegou a ser proposto na intervenção da Senhora Deputada Lisa Garcia. Quanto às acessibilidades, esclareceu que os Poços de São Vicente e Capelas, juntamente com a praia das Milícias, fizeram parte de uma candidatura à classificação de Praia Acessível, dispondo ambas de cadeira anfíbia. Lembrou que de acordo com os procedimentos a seguir no processo de candidatura à Bandeira Azul, os horários devem ser enviados em janeiro, estando estes procedimentos enquadrados no plano plurianual existente. Quanto ao encurtamento da época balnear nalgumas zonas, esta opção decorreu da obrigatoriedade de haver vigilância. No que respeita aos regulamentos, bem como os alertas aos banhistas, informou que se encontram afixados conforme previsto no programa. Para concluir, lembrou que a monitorização de águas é efetivamente realizada pela Direção Regional do Ambiente, tal como é exigido no programa.

Também por lhe ter sido requerido, o Senhor Vereador Pedro Furtado tomou a palavra para esclarecer o seguinte, relativamente às diligências efetuadas desde abril

de 2015 para a reativação do Conselho Municipal de Juventude: em conformidade com o que vem estipulado no artigo 4.º do regulamento municipal de juventude publicado em Diário da República, é necessário um registo das entidades participantes, o qual compete à Direção Regional da Juventude (DRJ). Nesse sentido, adiantou, foi enviado um pedido à DRJ, que respondeu com uma listagem das entidades devidamente registadas, a fim de serem encetados os contatos. No entanto, verificou-se que a listagem não estava devidamente atualizada, contendo entidades que já não existem, ou que estão localizadas noutra concelho. Como a lista não estava corretamente organizada, foi enviado no dia 5 de maio novo ofício com um pedido de retificação, o qual ainda não teve qualquer resposta, pelo que se aguarda o envio da listagem corrigida e atualizada por parte da DRJ.

Em resposta aos esclarecimentos prestados pelo Senhor Vereador Pedro Furtado, o Senhor Deputado André Carvalho, lembrou o facto de existir o referido registo. Observou que foi enviada uma lista e que há um sítio na Internet onde essas entidades estão registadas. Quanto à cessação de atividade de algumas entidades, chamou a atenção para a não obrigatoriedade de comunicação nessas situações, que até são frequentes. Fez ainda notar que uma vez que foi enviada uma lista, e ao verificar-se que nela constavam entidades que já não existiam, ou que havia entidades não registadas, o problema ficaria resolvido pelo menos em parte, em virtude de se possível contactar algumas. Com alguma boa vontade, prosseguiu, e com cruzamento de informação entre a lista enviada e os registos *online*, seria possível avançar com o processo. Concluiu com a nota crítica de se trata de um processo que teve início no 1º trimestre de 2015.

Ainda sobre este tema, e em concreto sobre as considerações do Senhor Deputado André Carvalho, o Senhor Deputado Jorge Macedo defendeu que é preciso que o PS esclareça se quer um Conselho Municipal da Juventude meramente formal ou com funcionamento efetivo, uma vez que a referida listagem, segundo as regras, não permite o funcionamento daquele órgão forma legal. O que o PS deveria fazer,



acentuou, era contactar a DRJ para o envio da lista adequada, insistindo na posição de que não se pretende que este órgão funcione a título parcial.

Pedi igualmente para se pronunciar sobre este assunto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Candelária para informar, apesar de reconhecer que o registo regional não está atualizado, que a Candelária não foi ainda contactada sobre este assunto, e concordou com o argumento de que a Câmara Municipal, partindo do registo que foi enviado, poderia avançar mais alguma coisa. É no entanto da opinião, tal como foi já referido, que deveria ser pedido junto da DRJ o envio da informação correta.

A finalizar o debate sobre este ponto, o Senhor Presidente da Câmara deu nota da conclusão de que as duas questões levantadas estão respondidas, não havendo verdadeiramente divergências. Reconheceu a existência de questões por resolver, mas recusou a acusação de que a Câmara Municipal esteja a ser negligente neste processo. Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Lisa Garcia, registou novamente a ausência de rigor, mas sublinhou o reconhecimento de que se trata de questões pertinentes, pelo que manifestou a disponibilidade da Câmara Municipal para as reflexões que forem necessárias. Ainda sobre as críticas apontadas pelo Senhor Deputado André Carvalho, afirmou que as mesmas valem apenas pela intenção, registando o alerta, mas declinando a omissão de uma responsabilidade por parte do Município. Finalmente, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta da Candelária, assegurou que se iria repetir o pedido à DRJ, e que se farão as convocatórias com base na informação existente e nos contatos que tiverem resposta, remetendo as responsabilidades de eventuais omissões para a listagem da DRJ. Reiterou o empenhamento da Câmara Municipal, e adiantou que, tal como já afirmara, se irá fazer nova tentativa e depois agir em conformidade.



PONTO 2 – APSM – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E SOCIAL DO PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA ATIVIDADES

Em cumprimento da deliberação camarária de 25 de junho de 2015, foi presente o Ofício 13739/2015, da Câmara Municipal, de 9 de julho, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, em conformidade com a deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de 21 de maio do corrente ano, o pedido de apoio financeiro formulado pela Associação Cultural, Recreativa e Social do Pessoal daqueles serviços, num montante equivalente ao ano transato.

Colocado este assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a atribuição à APSM da verba de 3.650 euros (três mil seiscientos e cinquenta euros), a título de apoio financeiro para as atividades que desenvolve.

PONTO 3 – TRIBUNAL DE CONTAS – RELATÓRIO N.º 18/2015-VIC/SRATC

Em cumprimento da deliberação camarária de 19 de agosto de 2015, foi presente o Ofício 17185/2015, da Câmara Municipal, de 2 de setembro, submetendo à Assembleia Municipal, para conhecimento, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, o relatório do Tribunal de Contas n.º 18/2015-VIC/SRATC, relativo ao exercício de 2013.

Pediu a palavra para fazer uma apresença deste ponto o Senhor Presidente da Câmara, apesar de, como referiu, se tratar de um assunto não sujeito a votação, em nome da transparência, e tendo em conta que as autarquias são os organismos públicos mais fiscalizados e monitorizados. O documento em análise é o relatório do Tribunal de Contas sobre as Contas a autarquia de 2013, apresentado em 2015, e feita a leitura das conclusões evidenciadas no texto, é com satisfação que sublinha e releva os comentários positivos que contrariam muitas das críticas que têm vindo a ser feitas, e que demonstram que foi garantido o cumprimento, entre outras



obrigações legais, do princípio da garantia do equilíbrio financeiro. Deu ainda conta de uma nova notificação do município, feita pelo Ministério Público e recebida no dia anterior por via do Tribunal de Contas, que declara que o relatório em apreço foi aprovado por decisão do Tribunal de 2015, sem recomendações, ao contrário do que sucedeu em 2012, e com instruções de que se archive o documento sem mais diligências. A concluir, quis que ficasse registado o apreço pela competência, diligência e empenho aos trabalhadores, funcionários e técnicos da autarquia pela obtenção desta nota de relevo.

Pedi para intervir sobre este assunto a Senhora Deputada Andrea Gonçalves, para assinalar que, apesar dos resultados apresentados, o PS reitera a sua preocupação pela situação das Contas do Município, uma vez que nas Contas de 2013 não está refletido o peso das empresas municipais, e aquilo a que se tem vindo a assistir é a uma evolução preocupante. A transparência nas Contas e o cumprimento dos prazos legais não são sinais de saúde financeira, advogou.

Pronunciando-se igualmente sobre este assunto, o Senhor Deputado Ricardo Madruga começou por situar a questão nos termos em que ela foi trazida à Assembleia: as Contas de 2013 e o relatório do Tribunal de Contas, e não as Contas de 2014 nem o relatório dessas contas. Uma vez que há formalismos que são importantes para se fazer a apreciação correta da situação, prosseguiu, não é correto fugir ao assunto em análise, unicamente para reprovar. O assunto em debate é um relatório do TC e os resultados positivos que ele evidencia, e os termos em que esse relatório é feito deveriam orgulhar e honrar o Município de Ponta Delgada. É este o ponto em análise, insistiu: valorizar o trabalho dos serviços, das pessoas, que dia-a-dia fazem o seu trabalho para permitir estas decisões, através do suporte técnico, e que estão, por isso, de parabéns. Aproveitou também para relevar a transparência aqui patente, aproveitando para elogiar o trabalho feito pelo Senhor Presidente da Câmara, porque, ao mesmo tempo que se respeitaram os formalismos, o relatório dá nota de que se trabalhou em prol da saúde financeira do Município,

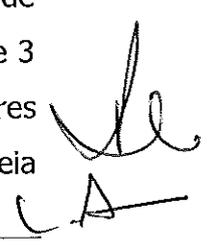
apesar dos problemas que são conhecidos. Destacou novamente que, nas Contas de 2013, o equilíbrio financeiro foi garantido, e frisou que isto foi conseguido em ano eleitoral, sem necessidade aumentar a despesa por esse facto. Prosseguiu com a observação de que em 2013 a autarquia não recorreu a empréstimos de curto-prazo, valendo-se unicamente dos recursos de Tesouraria, para além da existência de outros indicadores que atestam uma gestão adequada das Contas de Ponta Delgada. Outro ponto que se destaca, neste relatório, prosseguiu, foi o reconhecimento de que a Câmara tinha seguido a recomendação que emanou do relatório de 2012. A concluir, voltou a destacar o facto de estarmos em presença de Contas transparentes, indicadoras de que se está no bom caminho, apesar de haver sempre disponibilidade para melhorias e desenvolvimentos.

A Assembleia tomou conhecimento.

PONTO 4 – USISM – CONSELHO CONSULTIVO DA UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi presente o ofício SAI-USISM/2015/2888, de 24-07-2015, da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, solicitando a designação de dois representantes da Assembleia Municipal de Ponta Delgada a integrar o Conselho Consultivo da USISM, nos termos das disposições conjuntas dos artigos 7.º, 14.º e 15.º da orgânica daquela Unidade, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2011/A, de 09 de dezembro.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista de representantes conjunta do Grupo Municipal do PS e do PSD, constituída pelos Senhores Deputados Luís Maurício Mendonça Santos (PSD) e Ricardo Manuel Viveiros Cabral (PS), e por se tratar de uma lista única, após a contagem dos votos foram apurados 42 votos favoráveis e 3 abstenções, pelo que a Assembleia deliberou, por maioria, designar os Senhores Deputados Luís Maurício e Ricardo Cabral como representantes da Assembleia



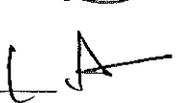
Municipal de Ponta Delgada no Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel.

PONTO 5 - OBRA N.º 02/13 - INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO VALE DAS CANAS, NA RUA DE BAIXO, NO BECO DO SABÃO E EM PARTE DA RUA DA CORUJEIRA NA RELVA - CONCURSO PÚBLICO - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Em cumprimento da deliberação camarária de 16 de setembro de 2015, foi presente o Ofício 18164/2015, da Câmara Municipal, de 17 de setembro, submetendo à Assembleia Municipal o pedido de autorização para a repartição de encargos ao abrigo do n.º 1 do art.º 22 do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como o pedido de emissão de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, da obra supra mencionada.

Colocado este assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos referente à Obra n.º 02/13 dos SMAS - infraestruturas de saneamento básico no Vale das Canas, na rua de Baixo, no beco do Sabão e em parte da rua da Corujeira, na freguesia da Relva, bem como emitir autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos à mesma obra.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no n.º 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

PONTO 6 - REGULARIZAÇÃO DE CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE 110,00 M² AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – RUA DA MÃE DE DEUS – SANTO ANTÓNIO

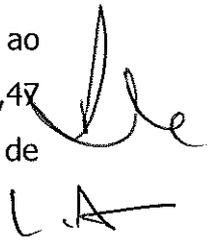
Em cumprimento da deliberação camarária de 16 de setembro de 2015, foi presente o Ofício 18166/2015, da Câmara Municipal, de 17 de setembro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a afetação ao domínio público municipal, ao abrigo da alínea q), do n.º 1, do art.º 25 do mesmo diploma legal, da área de 110 m², a desanexar do prédio rústico sito na rua da Mãe de Deus, freguesia de Santo António, inscrito na matriz rústica sob o art.º 270, da seção 005, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 173/Santo António.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a afetação ao domínio público municipal da área supra mencionada.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no n.º 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

PONTO 7 - REGULARIZAÇÃO DE CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE 382,47 M² AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – RUA DOS CERCOS – FAJÃ DE BAIXO

Em cumprimento da deliberação camarária de 16 de setembro de 2015, foi presente o Ofício 18181/2015, da Câmara Municipal, de 17 de setembro, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a afetação ao domínio público municipal, ao abrigo da alínea q), do n.º 1, do art.º 25 do mesmo diploma legal, da área de 382,47 m², a desanexar do prédio misto sito na canada do Cerco, freguesia de Fajã de



Baixo, inscrito na matriz predial – a parte urbana, sob os artigos 196, 474 e 669, e a parte rústica sob o art.º 130, da seção 003, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada sob o n.º 293/Fajã de Baixo.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a afetação ao domínio público municipal da área supra mencionada.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

REPUBLICAÇÃO DO PONTO 8 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM A REDAÇÃO ATUALIZADA –

DECLARAÇÕES EMITIDAS AO ABRIGO DO ARTIGO 15.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, QUE APROVOU AS REGRAS APLICÁVEIS À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS

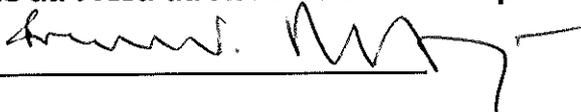
Em cumprimento da deliberação camarária de 11 de junho de 2015, foi presente o Ofício 12043/2015, da Câmara Municipal, de 18 de junho, submetendo à Assembleia Municipal, para conhecimento, a declaração dos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2014 da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), bem como a declaração individualizada de todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2014, igualmente da Câmara Municipal e dos SMAS, para efeitos do disposto no artigo 15.º da lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação introduzida pela lei n.º 22/2015, de 17 de março. A Assembleia tomou conhecimento, ficando o presente ato registado, para eficácia imediata, com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de

12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

Antes de ser encerrada a Sessão, o Senhor Presidente da Câmara pediu para fazer uma retificação, relativa às informações prestadas sobre a visita às freguesias da Bretanha, aquando da apresentação das atividades camarárias, e com a qual quis que ficasse igualmente registado o empenho manifestado pela freguesia dos Remédios da Bretanha na receção aos visitantes, para além do já mencionado apoio das freguesias do Pilar e da Ajuda, designadamente na oferta de lanches aos participantes.

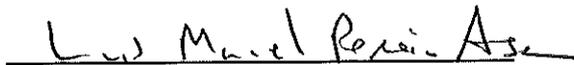
Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, pelas dezassete horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por quem a lavrou, nos termos da Lei, para efeitos imediatos das respetivas deliberações, conforme deliberado por unanimidade.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Francisco Régio Costa

O Relator



Luís Manuel Pereira Ascenso



ANEXOS

- Votos de pesar, votos de louvor e de congratulação e moções (por ordem de inscrição e votação).





Apresento
meu pesar

20.9.2015

Voto de pesar

António Costa Santos

No dia 20 deste mês de setembro, faleceu António Clemente Costa Santos, com 78 anos de idade.

Uma notícia inesperada, dolorosa e provocadora de consternação geral.

Faleceu vítima de doença súbita.

O Pesar pelo seu desaparecimento do nosso convívio é mais forte pela presença da memória que temos dele, da sua vida e da sua obra.

Figura de excelente trato humano, era reconhecido por todos como homem bondoso, íntegro e solidário. Homem de família e de causas. Um diplomata com experiência consular.

Nasceu em 1937, em Ponta Delgada, mas tinha a dimensão dos Açores inteiros.

A vida confirmou a sua afirmação: "criei centenas de amigos em todas as ilhas".

Acrescentamos nós, fazia da amizade um estado de alma para com todas as pessoas de bem.

O seu exemplo de vida tornou-o credor de consideração social.

Homem de confiança, mereceu sempre a confiança dos seus pares e do povo em geral.

Foi no ano de 1982, que foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, ocupando o cargo durante cerca de dois anos, após o que foi chamado para o Governo Regional dos Açores, como Secretário Regional do Comércio e Indústria.



Mas o reconhecimento institucional que hoje queremos sinalizar não resulta só desta sua dimensão política.

Facto é que foi agraciado, com a Comenda da Ordem Nacional do Mérito.

Facto é que recebeu, da Autarquia de Ponta Delgada, o Diploma de Reconhecimento Municipal e a Medalha de Ouro do Município.

Facto é que foi condecorado com a Insígnia Autonómica de Reconhecimento.

A vida e a obra de António Costa Santos justificam todo o nosso preito.

Na sua dimensão humana foi sempre um dedicado "pater famílias" e uma pessoa de solidariedade.

Na sua dimensão política, cidadão íntegro e eticamente irrepreensível.

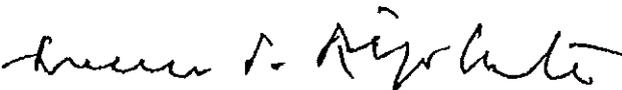
Na sua dimensão cultural e confessional, um homem de convicções e devoção.

Uma vida de referência e exemplo que homenageamos com a manifestação consternada do pesar da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, pelo seu falecimento.

Manifestação de pesar que se delibera dar conhecimento à família e à Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, como forma de distinguir o respeito municipal pela sua memória.

Ponta Delgada, 30 de setembro de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL


Francisco Pacheco Rêgo Costa





aproveito por conveniência
20-2-2015
[assinatura]

[assinatura]

VOTO DE PESAR

pelo falecimento da senhora Dra. Natália Almeida

«Quem me dera...

Ter uma varinha de condão que transformasse as pedras dos corações em corações de verdade.

Ter paz à minha volta desde os de perto até aos mais de longe...

Saber que ao começar um novo dia os humanos iam deixar todos serem quem verdadeiramente são!

Estou tão cansada de gritos e incompreensões por todo o lado!!!

Será que estou prestes a morrer?»

Natália Almeida

No passado dia 14 de setembro faleceu Natália Almeida, aos 74 anos de idade, ficando a cultura açoriana mais pobre.

Natália Almeida nasceu em Água Retorta, concelho da Povoação, mas foi na ilha de Santa Maria que passou toda a sua infância e adolescência.

Cedo começou a vida literária, iniciando-a como cronista de viagens no jornal escolar «O Cábula», no Externato de Santa Maria. Sempre quis ser professora, licenciando-se em Filosofia, no ano de 1964. Volta aos Açores, mais precisamente, à ilha de São Miguel, em 1974 e vai lecionar para o

[assinatura]

[assinatura]



então Liceu Nacional de Ponta Delgada, hoje Escola Secundária Antero de Quental. Mesmo depois de reformada, Natália Almeida não deixou de lecionar, ministrando na Universidade Sénior, porque e como dizia «é um enorme vazio quando se deixa de lecionar».

Colunista em vários jornais, Natália Almeida, destacou-se também, na política e como escritora, assim como também, na área das atividades lúdico-pedagógicas, com a Associação Açoriana de Educação pela Arte «Boneca de Trapos», direcionada para os mais novos. Integrou, também, os órgãos sociais de várias IPSS. O seu último projeto foi o museu «CL. Colecioteca 66» que abriu na sua própria casa com objetos pessoais, segundo Natália Almeida «...feito a partir de um trajeto de vida». Natália Almeida foi, também, uma inconformada e uma polemista inesquecível, sabendo com mestria, o valor e o peso da palavra.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dra. Natália Tomás Medeiros de Almeida professora, escritora, investigadora e pedagoga.

Ponta Delgada, 30 de setembro de 2015

O Grupo Municipal do PSD


Sérgio Aires



LA

**PARTIDO
SOCIALISTA
AÇORES**



*aprovado p. unanimidade
20.9.2015*

**UM NOVO CICLO PARA VENCER
NOVOS DESAFIOS**

Voto de pesar pela morte da Dr^a Natália Almeida

Agora que Natália Almeida partiu gostaria de utilizar este espaço não para um voto de pesar propriamente dito, mas para uma pequena homenagem pedindo a esta câmara que reserve alguns segundos para o escutar a sua própria voz:

“Um navio partiu, escreveu num dos seus livros intitulados “... que contcasos” ... e todos, mas todos, esperam a madrugada do dia em que com clareza e distinção, o Homem haja como um homem. Pleno. Com as paixões à solta à moda do sentimento de si.

A lua cheia, aroma das laranjeiras em flor. Brilha o horizonte na prata da madrugada. No horizonte o navio. Um ponto. E o amor cumpriu-se. Incompleto. A aragem da madrugada ficou para sempre na memória dos amantes.”

Escreveu Homem com a H grande, dizemos hoje aqui Mulher com M grande. Na escrita, na família, na política, na polémica e nas paixões. Mulher com M grande – professora de filosofia, a forma como assina a obra já citada, assumindo-se! Gerações de alunos com marcas do seu pensamento e do esclarecimento do seu espírito, saudades dos colegas, saudades dos alunos.

Depois da reforma vieram as crianças – demora muito tempo para nos tornarmos crianças, escreveu Picasso – e com elas uma literatura infantil de rico imaginário. Deu vida à: “A Boneca de Trapos vai viajar” numa bela edição com ilustrações de Urbano e outras histórias infantis nomeadamente no género da dramaturgia no que foi inédita.

Cumpriu-se mais uma vida cheia de riquezas, calou-se mais uma voz que enriqueceu esta cidade.

Ponta Delgada, 30 de Setembro de 2015

O Grupo Municipal do Partido Socialista
na Assembleia Municipal de Ponta Delgada,

Luís Pereira V. Soares
André da Costa

[Handwritten signature]
CA



Agosto por ~~memória~~
20.9.2014
Augusto Cabral

Voto de Pesar

Antigo reitor do Santuário do Santo Cristo Monsenhor Agostinho Tavares

Monsenhor Agostinho Tavares, ex reitor do Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres, morreu na madrugada de 29 de julho.

Foi, desde sempre, assistente espiritual do Movimento do Renovamento Carismático, que introduziu na Diocese de Angra, assumiu como animador do Movimento dos Cursilhos de Cristandade em Ponta Delgada.

Tinha 85 anos de idade e 62 de ministério sacerdotal.

Monsenhor Agostinho Tavares era natural da Maia, concelho da Ribeira Grande, mas foi em Ponta Delgada que exerceu praticamente toda a sua atividade sacerdotal.

Formou-se no Seminário Episcopal de Angra, foi Prefeito de Estudos e Reitor do Seminário Menor de Ponta Delgada, onde lecionou ainda as disciplinas de Português, Educação Moral e Religiosa Católica e Educação Física.

É recordado por Monsenhor Augusto Cabral, atual reitor do Santuário do Santo Cristo, como um "grande desportista".

L.A.



Monsenhor Agostinho Tavares desempenhou a tarefa reitor do Santuário do Santo Cristo durante mais de 19 anos, desde março de 1993 até agosto de 2012, tendo saído por motivos de doença.

2)

Para Monsenhor Agostinho Tavares, as grandes Festas do Senhor Santo Cristo eram muito especiais e estavam dentro do coração das pessoas.

Dizia sempre que o importante dessas festas “são os motivos pelos quais elas se realizam, isto é, transformar o homem e encontrar-se a si mesmo e dizer ‘sou justo, sou fraterno, pacífico, sou um homem que não se altera nas bebidas e nas drogas’, portanto ‘luto pelos direitos e valores e procuro que isso aconteça durante a minha vida’.”

Para o Homem que se confundia com a realização da festa do Senhor Santo Cristo, o “Ecce Homo” levava os açorianos a “encontrarem-se com o olhar do Senhor Santo Cristo”.

Ainda sobre as maiores festas religiosas dos Açores, Monsenhor Agostinho Tavares dizia emocionado: “Se não buscarmos a verdade, não nos encontramos a nós mesmos, e se isso acontece não encontramos aquele que nos cria. Por isso, a festa em honra do Santo Cristo é sempre uma novidade, desde que começou a existir, até porque o ponto de referência da nova humanidade foi Jesus Cristo, morto e ressuscitado”.

Todos os anos, são milhares os crentes que se concentram para celebrar a presença do Senhor Santo Cristo.



Agostinho Tavares. Um gesto sincero feito com o coração para homenagear o Reitor do Santuário da Esperança, o primeiro guardião da nossa imagem veneranda e o grande dinamizador do culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres, para cuja dignificação muito tem contribuído nos últimos anos.

Considerando que Monsenhor Agostinho Tavares ficará ligado à história mais recente das Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres;

Considerando que Ponta Delgada deve uma homenagem pública ao sacerdote que levou cada vez mais fiéis à vigília que, anualmente, se realiza aquando das maiores festas religiosas dos Açores e as segundas maiores do país, depois de Fátima;

Considerando que Monsenhor Agostinho Tavares contribuiu, ao longo de praticamente toda a sua vida, para a dignificação das Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres;

Considerando, ainda, a capacidade de testemunho de fé inabalável, de convicção contagiante, de relacionamento exemplar, de entrega total à sua e nossa causa do grande Homem que agora deixa o mundo dos vivos;

Deste modo, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, de um Voto de Pesar pela morte de Monsenhor Agostinho Tavares.

C. A.



Deste voto será dado conhecimento à Diocese de Angra e Ilhas dos Açores

Ponta Delgada, 30 de setembro de 2015

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgad

Fernando Manuel Amaral Oliveira

[Handwritten signature]
L. A.



*Apresentado em
reunião
em 19/2015
A.M.*

Voto de Pesar

Jaime Botelho Vasconcelos

Faleceu a 8 de setembro último, no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada o Sr. Jaime Botelho Vasconcelos.

Jaime Botelho Vasconcelos exerceu o cargo de Presidente da Junta de Freguesia do Pilar durante 13 anos, mais precisamente entre 1980 e 1993, eleito pelo Partido Social Democrata.

Em 1994, foi eleito presidente da Assembleia de Freguesia do Pilar, permanecendo neste cargo até 2001.

Pela pessoa que foi e pelo trabalho desempenhado em prol da freguesia do Pilar da Bretanha, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada manifesta, através deste voto, o mais profundo pesar pela perda de tão importante figura de uma das freguesias da Bretanha.

Considerando que o Sr. Jaime Botelho Vasconcelos, durante os anos em que exerceu o cargo de Presidente da Junta e da Assembleia do Pilar da Bretanha, sempre lutou pelo interesse da população da sua freguesia;

Considerando ainda que Jaime Botelho Vasconcelos foi um Presidente da Junta dedicado e, como autarca local, merece o nosso mais profundo respeito e admiração.

A Assembleia Municipal de Ponta Delgada apresenta, através deste Voto, o seu maior pesar pela morte de mais um dos mais antigos autarcas do concelho de Ponta Delgada.

Deste voto será dado conhecimento à família de Jaime Botelho Vasconcelos e à Junta de Freguesia do Pilar.

30 de setembro de 2015

O Grupo Municipal do PSD

Jose Manuel Almeida Soares

L.A.



Agradecido por vossa intervenção
30. 9. 2015
Aurelio Costa

VOTO DE PESAR

Faleceu em Ponta Delgada, no passado dia 12 de agosto, o médico Paulo César Oliveira de Almeida Massa, aos 40 anos de idade, gerando a maior consternação e as mais sentidas manifestações de pesar por esta irreparável perda.

Natural da freguesia de Arrifes, médico especialista em Medicina Interna no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, o Dr. Paulo Massa granjeou o reconhecimento e a admiração de todos quantos com ele se cruzaram.

Profissional de extrema competência e incomensurável dedicação à medicina, teve na *ars curandi* a sua vocação, relacionando-se com os pacientes e seus familiares de uma forma tocante e indelével, num exercício de um humanismo que – nele – era, mais do que um dever deontológico, um *carácter* de personalidade. Um modo de ser.

Um modo de ser marcado – e marcante – por um finíssimo trato, uma afabilidade sem distinções, uma polidez imaculada, uma educação ímpar, e uma constante prestabilidade e atenção aos outros e aos problemas dos outros, dos doentes aos muitos amigos que hoje se sentem mais pobres.

Um modo de ser cunhado pelo serviço à comunidade. Num tempo de individualismo, Paulo Massa foi um exemplo de alteridade, prosseguida com o espírito de missão que colocava em tudo a que se dedicava.

Profundamente religioso, membro da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, cultivava uma intensa devoção ao “Ecce Homo”.

O Dr. Paulo Massa foi um homem verdadeiramente virtuoso, e se virtude nele foi e deve ser reconhecida e destacada, essa é a humildade.



Aquela virtude que, como bem nos lembra Comte-Sponville, torna as outras virtudes "discretas, como que despercebidas, quase negadas"; a virtude do homem "que sabe que não é Deus"; a "virtude dos santos".

Considerando que Paulo Massa granjeou o reconhecimento e a admiração de todos quantos com ele se cruzaram;

Considerando que o médico, muito cedo partiu, foi um exemplo de alteridade, prosseguida com o espírito de missão que colocava em tudo a que se dedicava;

Desde logo e ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, um Voto de Pesar pela morte do médico Paulo Massa.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos familiares de Paulo Massa, à Clínica do Bom Jesus e ao Hospital Divino Espírito.

Ponta Delgada, 30 de Setembro de 2015

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

x^e



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Agradar ao presidente

30.9.2010

Luís A.

Voto de Pesar

Carlos Alberto Rodrigues da Câmara

Faleceu inesperadamente, no dia 18 de Agosto, o Senhor Carlos Alberto Rodrigues da Câmara, distinto cidadão, que desempenhou as suas atividades profissionais e sociais sempre com dignidade e competência.

Foi funcionário exemplar da Caixa Geral de Depósitos, desempenhou cargos de chefia e terminou a sua carreira como Diretor, nos Açores, desta importante instituição financeira.

Homem solidário, pertencia ao movimento lionístico de S. Miguel, assumindo, sempre, ações de cariz social para com os mais carenciados.

No desporto pertenceu a várias direções do Grupo Desportivo Comercial, dando o seu valioso contributo para a elevação do automobilismo em S. Miguel e nos Açores.

Foi, durante 40 anos, praticante de Golfe, tendo feito parte de inúmeras direções do antigo Clube de Golfe de São Miguel e mais recentemente da Verdegolf Country Club, sendo curiosamente o seu sócio n.º 4.

O seu profissionalismo e sua cidadania foram exemplares.

Luís A.

Luís A.



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Manifestando o nosso profundo pesar pelo falecimento do exemplar cidadão, o Senhor Carlos Alberto Rodrigues da Câmara e por todas as razões expressas anteriormente, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a aprovação do Voto de Pesar que o mesmo seja dado conhecimento à sua respectiva família.

Disse,

Ponta Delgada, 30 de Setembro de 2015.

Os Deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista

Ricardo Manuel Viana Carlos
André de Lencastre

LA



*Agradeço p homenagem
30.9.2017
Aer*

Voto Louvor

500 anos da Freguesia dos Fenais da Luz

Um voto de louvor pelas comemorações dos 500 anos da passagem da jurisdição da Freguesia dos Fenais da Luz de Vila Franca do Campo para Ponta Delgada.

Uma data tão importante, com carácter identitário e patrimonial, da nossa própria história.

De 5 a 9 de agosto, a freguesia dos Fenais da Luz viajou no tempo, numa iniciativa inédita no Conselho de Ponta Delgada que recreou inúmeras atividades culturais ligada à época, intimamente ligadas à história de Portugal.

A Autarquia apoiou esta iniciativa defendendo, mais uma vez, a descentralização da cultura e a preservação da nossa identidade, no resgate daquilo que é a nossa história coletiva, inaugurando o Centro Cultural dos Fenais da Luz, obra da Autarquia cofinanciada por fundos comunitários, através do PROCONVERGÊNCIA.

Considerando que, este foi um evento que vem ao encontro da perspetiva da Autarquia no que diz respeito à descentralização da cultura e valorização do nosso património cultural;



Considerando que, esta é uma data marcante não só para a freguesia, como para o Conselho;

Considerando, que a Câmara Municipal teve orgulho em apoiar estas comemorações, que foram um marco histórico para o povo dos Fenais da Luz, que em tempos com todo o seu esforço, trabalho, dificuldades e perseverança uniram esforços e nunca desistiram e que é devido a ele que herdamos o que hoje temos e somos;

Desde logo e ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, um Voto de Louvor pelos 500 anos de história da Freguesia dos Fenais da Luz.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento à Junta de Freguesia de Fenais que, com a realização deste evento, conseguiu reforçar a identidade de todos os Pontadelgadenses.

Ponta Delgada, 30 de Setembro de 2015

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

x



*aprendo por experiência
to. 2. 2017
A*

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Voto de Saudação

CUS - Vencedor da Taça Vítor Hugo

O campeão nacional de basquetebol, em femininos, em título, o CUS, ganhou a primeira prova oficial da época 2015 - 2016, a importante Taça Vítor Hugo, na cidade de Torres Novas.

Num jogo difícil contra a formação, Quinta dos Lobos, a equipa do CUS venceu com muito esforço, dedicação e competência mais um relevante título nacional.

Foi no prolongamento que se adiantou no marcador e venceu com brilhantismo, por 78-76.

Numa jogada ofensiva, a 4 segundos do apto final, a internacional sérvia Milica Ivanovic converteu o "Cesto de Ouro" que garantiu a brilhante vitória na Taça Vítor Hugo.

Este importante título é relevante para o desporto Açoriano e é fruto do trabalho e dedicação de todas as atletas do clube, da persistência e profissionalismo da equipa técnica e do esforço e disponibilidade dos dirigentes do Clube União Sportiva.

A equipa feminina de basquetebol do CUS venceu mais uma vez com refulgência e ofereceu mais uma grande vitória que muito orgulha todas as Açorianas e Açorianos e o Desporto Açoriano.

Estão de parabéns todas as atletas, a equipa técnica e os dirigentes do CUS.

O sucesso alcançado deve-se em muito ao trabalho desenvolvido pelo Coordenador Técnico açoriano Ricardo Botelho, que levou as suas atletas e o Clube onde há uma dezena de anos impulsiona o basquetebol feminino.



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Uma referência especial ao seu Presidente, Sérgio Santos e a toda a sua equipa diretiva, que conseguiu gerir com responsabilidade o clube e souberam dar todas as condições para que o Clube União Sportiva seja uma referência no Desporto Regional e Nacional.

O Clube União Sportiva está por mérito próprio na história do Desporto Açoriano.

O palmarés do desporto regional ficou mais rico com esta importante conquista.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Saudação pela conquista de mais uma importante prova nacional do Clube União Sportiva.

Do presente Voto de Saudação deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Clube União Sportiva, à Associação de Basquetebol de São Miguel e à Federação Portuguesa de Basquetebol.

Disse,

Ponta Delgada, 30 de Setembro de 2015.

Os Deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista

Ricardo Manuel Vieira Cabral
Mário Carvalho
L.A.



*Agradeço por unanimidade
20.9.2015
Amândio*

Voto de louvor

Festas do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada

As XII Festas do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada foram um grande sucesso.

Um sucesso que não teria sido possível sem a colaboração graciosa de centenas de pessoas, desde os nossos colaboradores, aos voluntários, sem esquecer os escuteiros e as guias.

A todos eles, o nosso mais profundo agradecimento!

Nestas festas que são do povo, pelo povo e para o povo, a Câmara Municipal nunca poderá esquecer todos quantos colaboram e trabalham de forma incansável e voluntária, todos os anos, para concretizar aquele que já se transformou num dos nossos maiores eventos de Ponta Delgada .

Considerando que sem os colaboradores da autarquia, voluntários, escuteiros, Mordomias do concelho, Juntas de Freguesia e patrocinadores e outras entidades não seria possível continuar a realizar as Festas do Espírito Santo de Ponta Delgada;

Considerando que a Câmara de Ponta Delgada tem uma dívida de gratidão para com todos os que nos ajudam, anualmente, a realizar essas grandes festas, que atraem milhares de pessoas;



Considerando que a XII edição das Festas do Espírito Santo, mais uma vez, valeu a pena graças ao esforço coletivo;

Considerando que as Festas do Espírito são já um grande cartaz turístico de Ponta Delgada, de São Miguel e dos Açores em geral;

Considerando ainda que desde a partilha das Sopas, ao Cortejo Etnográfico e até à Coroação, Ponta Delgada mantém viva uma manifestação que demonstra bem a fé e a devoção das nossas gentes ao Espírito Santo.

Deste modo, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, de um Voto de Louvor a todos quanto se envolveram – e foram centenas de pessoas – na realização de mais uma edição das XII Grandes Festas do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada.

Deste voto será dado conhecimento à organização deste grande cartaz turístico de Ponta Delgada – a Câmara Municipal – e a todos os colaboradores.

Ponta Delgada, 30 de setembro de 2015

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada



A realização deste evento e o sucesso da segunda edição, com mais do dobro dos participantes do que na primeira, prova que Ponta Delgada tem todas as capacidades para acolher vários eventos âncora ao longo do ano, juntando iniciativas de cariz desportivo e recreativo e dando a conhecer as nossas paisagens únicas.

Considerando que o apoio da Câmara Municipal ao Desporto em geral e ao "Azores Challenge MTB 2015" tem-se revelado numa aposta ganha;

Considerando que esse mesmo apoio acabá por ser estratégico e ter um carácter político, tendo em conta a cada vez mais necessária aposta no turismo;

Considerando, por último, que a realização desta importantíssima prova nacional levou ainda mais longe o nome de Ponta Delgada e dos Açores, no que respeita à capacidade de realização de grandes eventos desportivos de variadíssimas modalidades.

Deste modo, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, de um Voto de Congratulação, à organização do "Azores Challenge MTB 2015", com especial de destaque para a Prova Cidadina

Deste voto será dado conhecimento à organização desta marcante iniciativa.

Ponta Delgada, 30 de setembro de 2015

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

K



agradeço por convocação

20.9.2015

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Noites de Verão e PDL White Ocean

As Noites de Verão de Ponta Delgada é uma iniciativa da Câmara Municipal, coordenada pela empresa Coliseu Micaelense.

Mais uma vez o Centro Histórico da cidade de Ponta Delgada foi animado e embelezado pelas *Noites de Verão* e, mais uma vez, as *Noites de Verão* revelaram-se um autêntico sucesso. Não foi necessário a atuação de grandes e sonantes nomes da música nacional e internacional, para que a Câmara Municipal de Ponta Delgada, em estreita colaboração com os agentes culturais e com as associações locais, oferecesse aos seus munícipes e turistas uma agenda cultural heterogénea, dinâmica e de qualidade.

Entre 19 de junho e 20 de setembro, foram milhares de pessoas que se deslocaram ao Centro Histórico da maior cidade dos Açores para assistirem a exposições de fotografia de rua, à atuação de grupos de teatro de rua, bandas filarmónicas, orquestras, grupos folclóricos, coros, grupos musicais e de dança, assim como também, de fadistas e de cantadores ao desafio, que compuseram um total de 65 noites de muita animação musical e performativa, com o objetivo de dinamizar o comércio tradicional e a restauração, valorizar as associações e agentes culturais do município, através das suas participações e dos seus contributos e ainda projetar a cidade de Ponta Delgada junto dos mercados nacionais e internacionais.

A diversidade de palcos e a inclusão do Campo de São Francisco foram algumas das novidades das *Noites de Verão* 2015, assim como também, a *PDL White Ocean*, no dia 1 de agosto, que teve o apoio da Câmara Municipal, e que transformou por completo a cidade de Ponta Delgada, cobrindo de branco o comércio tradicional e a baixa da

SP



cidade, desde o centro histórico até às Portas do Mar, unindo na mesma iniciativa as unidades hoteleiras, os bares, os restaurantes, o comércio e os munícipes e turistas. Por toda a cidade respirava-se felicidade e alegria. Oito palcos estavam espalhados por Ponta Delgada, nos quais atuaram vários DJ's e grupos com músicas para todos os gostos e idades. Pelas ruas atuaram diversos artistas e acrobatas, para além de uma zona para venda de produtos tradicionais açorianos. Este é um sinal claro de que a Câmara Municipal de Ponta Delgada quer um dinamismo de intervenção e uma política pública associada ao interesse da iniciativa privada e à economia de bem estar, lazer, ocupação para o turista e para o residente, que nos distinga no melhor que se faz no país e na Europa.

É, também, de salientar, a iniciativa *Ler no Verão – A Cultura está na Rua*, que visa reforçar o sentido da leitura dos cidadãos, independentemente, da idade. Esta iniciativa desenvolveu-se nos jardins António Borges e Sena Freitas e nas praias das Milícias e do Pópulo e nos Poços de São Vicente. Em cada local, foram disponibilizados livros, revistas e jornais a todos os interessados.

A nossa gastronomia, também, não foi esquecida. Este ano, Ponta Delgada recebeu três edições do *Mercado de Sabores*, duas no Campo de São Francisco e uma nas Portas da Cidade, que fizeram as delícias dos apreciadores dos produtos e da doçaria regionais.

Como complemento, a toda essa dinâmica cultural e gastronómica de revitalização do Centro Histórico de Ponta Delgada, a Câmara Municipal de Ponta Delgada isentou de taxas e cedeu mesas e cadeiras a todos os comerciantes que instalaram esplanadas no Centro Histórico.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada a



aprovação de um voto de congratulação à Câmara Municipal de Ponta Delgada, na pessoa do seu Presidente, senhor Dr. José Manuel Bolieiro, pelo sucesso que teve a iniciativa *Noites de Verão 2015* na dinamização do Centro Histórico de Ponta Delgada, com o objetivo de incentivar os nossos comerciantes, dinamizando o comércio tradicional, de promover os nossos artistas e agentes culturais, de valorizar a nossa gastronomia, assim como também, de projetar turisticamente a cidade de Ponta Delgada.

Ponta Delgada, 30 de setembro de 2015

O Grupo Municipal do PSD


Sérgio A. L.







*afirmação
municipal
20.8.2011*

Voto de Congratulação

Festa do Baleeiro – São Vicente Ferreira

O nosso Município apostou, conjuntamente, com a Junta de Freguesia local, na 25ª edição da Festa do Baleeiro em São Vicente Ferreira.

Foi o melhor alerta que a Câmara deu para que haja uma política integrada regional global, com o Município, com a Junta de Freguesia, com o Governo Regional, com vista a resgatarmos e recuperarmos toda a memória e o património baleeiro da ilha de São Miguel.

Ao longo dos anos, temos assistido a um abandono do património baleeiro regional, nomeadamente na ilha de São Miguel.

Já existe, e muito bem, uma política de apoio ao resgate deste património regional dos Açores da baleação nas ilhas Pico, Faial e Terceira.

Porém, São Miguel tem este património. Ponta Delgada tem-no entre as freguesias de São Vicente Ferreira e Capelas.

O desafio e o compromisso do Município de Ponta Delgada, surgiram no sentido de podermos todos associados resgatar para o futuro esta memória e este património que está abandonado e a degradar-se.



Como referiu o sr. Presidente da Câmara de Ponta Delgada, e muito bem, “estas festas não são apenas uma recriação musical. São uma manifestação de identidade e com o objetivo este ano, mais do que no passado até, de recuperar o estímulo, o incentivo e a agregação das instituições (freguesia, Município e Governo Regional) para resgatarmos esta memória e aproveitar, num bom mapeamento cultural de Ponta Delgada e da ilha de São Miguel, este património que temos. Desde logo com o porto, com a fábrica (a chaminé que subsiste)”.

Aliás, o Sr. Presidente da Câmara, em reunião do Conselho de Ilha de São Miguel, já havia manifestado uma posição em defesa da recuperação do bote baleeiro de São Miguel. Este foi o seu primeiro alerta.

A aposta na Festa do Baleeiro foi mais um alerta do Presidente da Câmara.

Temos muito património baleeiro nos Açores, mas São Miguel também faz parte deste património e reclamamos os mesmos direitos.

Ponta Delgada tem em São Vicente e Capelas um património edificado com referências e memórias que queremos que não se percam ao longo do futuro próximo.

O património baleeiro de Ponta Delgada tem de ser recuperado e constituir mais um cartaz turístico para o nosso concelho. Assim, também resgatamos a memória da baleação no concelho e até podemos criar centro interpretativo ou núcleo museológico e ter um bote baleeiro reconstruído e em exposição.



O concelho de Ponta Delgada tem património baleeiro abandonado e precisa que alguém olhe por ele.

A primeira responsabilidade deve ser da Região, mas sempre em coordenação – em parceria - com as Juntas de Freguesia e com os Municípios.

Considerando a importância da conservação do património baleeiro existente no concelho de Ponta Delgada;

Considerando que o património baleeiro de Ponta Delgada tem de ser recuperado e apresentar-se como mais um cartaz turístico para o nosso concelho;

Considerando, ainda, de extrema importância o resgate da memória da baleação no concelho;

Deste modo, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, de um Voto de Congratulação, à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Ponta Delgada, 30 de setembro de 2015

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Pa Gomes



*afirma p. unanimidade
do. 9. 2015
A. Bolieiro*

Voto de Congratulação

"Azores Challenge MTB – Prova Cidadina"

Ponta Delgada recebeu, a 25 de setembro último, mais uma importante modalidade desportiva – a "Azores Challenge MTB – Prova Cidadina" - que contou com a participação de 426 atletas de nove nacionalidades.

Esta prova, integrada na segunda edição do "Azores Challenge MTB 2015", e como embaixador o ciclista Vítor Gamito e constituiu-se em mais um sucesso a que a Câmara de Ponta Delgada em boa hora se associou.

Aliás, a própria organização fez questão de afirmar publicamente que, sem o apoio do Município de Ponta Delgada a realização da prova não teria sido possível, uma vez que esta foi a única entidade pública a mostrar interesse pelo "Azores Challenge MTB 2015".

Tratou-se de mais um importante evento que serviu para mostrar que Ponta Delgada em particular e dos Açores em geral são destino de referência internacional para a realização de provas desportivas tão importantes como a que vai decorrer no próximo fim de semana.

Apoiamos a Câmara de Ponta Delgada e, nomeadamente o seu Presidente, José Manuel Bolieiro, quando este afirma que o apoio à prova em apreço assumiu particular relevância, porque fechou com chave de ouro as Noites de Verão e num espaço tão emblemático como é o Campo de São Francisco.



A realização deste evento e o sucesso da segunda edição, com mais do dobro dos participantes do que na primeira, prova que Ponta Delgada tem todas as capacidades para acolher vários eventos âncora ao longo do ano, juntando iniciativas de cariz desportivo e recreativo e dando a conhecer as nossas paisagens únicas.

Considerando que o apoio da Câmara Municipal ao Desporto em geral e ao "Azores Challenge MTB 2015" tem-se revelado numa aposta ganha;

Considerando que esse mesmo apoio acaba por ser estratégico e ter um carácter político, tendo em conta a cada vez mais necessária aposta no turismo;

Considerando, por último, que a realização desta importantíssima prova nacional levou ainda mais longe o nome de Ponta Delgada e dos Açores, no que respeita à capacidade de realização de grandes eventos desportivos de variadíssimas modalidades.

Deste modo, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, de um Voto de Congratulação, à organização do "Azores Challenge MTB 2015", com especial de destaque para a Prova Citadina

Deste voto será dado conhecimento à organização desta marcante iniciativa.

Ponta Delgada, 30 de setembro de 2015

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

*aproveito
20.9.2015
fr. Almeida*

Moção Descentralização das Reuniões da Assembleia Municipal

O princípio da aproximação da atividade político-administrativa aos cidadãos é um dos princípios do municipalismo sendo desejável que a atividade desenvolvida nos seus órgãos colegiais, como é a Assembleia Municipal, seja, por inteiro, mais conhecida pela população que nos elege e que representamos.

O afastamento da população da atividade política é reflexo do desencanto dos cidadãos com a política partidária, cabendo-nos, como eleitos, contribuir para o esclarecimento da atividade político-administrativa, da luta político partidária e da formação da decisão política, esta com efeitos práticos e efetivos na vida quotidiana das pessoas.

Sendo a Assembleia Municipal, pela sua natureza, um órgão de governo que deve ser de grande proximidade com os cidadãos, o Grupo Municipal do Partido Socialista considera que este órgão tem um dever de afirmar esta desejável aproximação. Allás, a participação de cidadãos nas sessões da Assembleia Municipal, que é regimental, é sempre motivo de regozijo, saudação e agrado de todos, pelo que acreditamos que há a possibilidade de incentivar e potenciar, muito mais, esta participação.

Se pretendemos que os cidadãos participem ativamente nos nossos trabalhos, enriquecendo, com a sua presença e contributo, a nossa atividade, podemos e devemos facilitar esta participação.

Acreditamos que uma das formas de alcançar este objetivo será indo mais perto dos cidadãos. Para tal, a descentralização das reuniões da Assembleia Municipal, realizando as suas sessões pelas freguesias do conselho, será um primeiro e bom passo nesta aproximação àqueles que nos elegeram.

Assim, de acordo com as disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que seja aprovada esta Moção, com vista à descentralização das reuniões da Assembleia Municipal, realizando sessões nas diversas freguesias do Conselho, de preferência com início já na próxima reunião ordinária.

P. Delgada, 30 de Setembro de 2015

Os deputados Municipais do PS

André Corralho

LA